

A questão do protecionismo

No comércio internacional, é comum que o mercado seja influenciado pela adoção de práticas que alteram as condições de livre-concorrência por empresas e governos nacionais. Algumas dessas práticas, como o dumping e a formação de cartéis e trustes, são ilegais e combatidas por meio de legislações em âmbito nacional e mundial. Outras, no entanto, são mais aceitas, embora produzam tensas negociações internacionais entre os países que as praticam e os que se sentem prejudicados por elas.

Esse é o caso das medidas de protecionismo de mercado.

dumping: prática pela qual uma empresa, normalmente de grande porte, adota temporariamente preços artificialmente baixos para tentar levar concorrentes à falência. Dessa forma, esta pode conquistar o mercado em algum setor específico, estabelecendo um monopólio ou oligopólio que lhe possibilite recuperar o “investimento” elevando novamente os preços de acordo com seus interesses.

cartéis: quando empresas diferentes dividem o mercado e estabelecem acordos entre si, tais como a combinação de preços mínimos ou estratégias comuns de ação, visando garantir maior parcela de lucros ao grupo.

trustes: conglomerados de empresas que se fundem em uma única organização com o objetivo de controlar o mercado, suprimindo a livre-concorrência.

Há três maneiras principais de um país praticar o protecionismo:

- aplicando pesados impostos sobre os produtos importados, que, dessa forma, deixam de representar uma opção vantajosa ao mercado local;
- promovendo barreiras fitossanitárias que, na verdade, servem para disfarçar a política protecionista;
- oferecendo expressivos subsídios aos produtores locais, o que possibilita que seus produtos cheguem ao mercado com preços mais competitivos.

Embora as políticas protecionistas afetem o mercado como um todo é no setor alimentícias que elas se tornam ainda mais controversas. A PAC europeia é um típico exemplo disso, sendo comumente criticada por outros países que se sentem prejudicados por ela, especialmente gigantes agroexportadores, como os EUA e o Brasil. O protecionismo adotado na Europa dificulta o acesso dos produtos agrícolas brasileiros e estadunidenses a esse importante mercado mundial. Por outro lado, são natural que, tendo em vista as razões abordadas anteriormente, as leis europeias protejam seus produtores rurais.

As políticas protecionistas constituem um dos mais controversos objetos de debate internacional. O primeiro espaço oficial para discutir o sistema multilateral – envolvendo diversos países – do comércio mundial foi o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, sigla em inglês para General Agreement on Tariffs and Trade), criado em 1947. Cada grande etapa de negociações do Gatt era considerada uma nova “rodada” de debates, sendo comumente batizada com o nome do local onde ocorria. Ao fim da Rodada Uruguai (1986-1993), ficou definida a criação de um foro de discussões que substituiu o Gatt: a Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual entrou em funcionamento no início de 1995 e, além de seu caráter permanente, passou a contar com mais poderes.

Atualmente, a OMC ainda está discutindo os impasses decorrentes da Rodada de Doha, iniciada em 2001, na IV Conferência Ministerial da OMC, realizada na cidade de Doha, no Catar. Os principais objetivos da Rodada de Doha são:

- reduzir o protecionismo comercial e as barreiras alfandegárias internacionais;
- sanar questões relacionadas às patentes comerciais, ou seja, o direito de propriedade sobre os produtos comercializados.

Os impasses da Rodada de Doha, que fizeram com que tivesse de ser estendida além do prazo estipulado para seu encerramento (2005), estão relacionados à polarização entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e à crise internacional deflagrada a partir de 2008, a qual levou muitos a aumentar suas medidas protecionistas. Até o momento, tais impasses ainda não foram superados.

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado por exercer papel de liderança entre os países em desenvolvimento na denúncia dos excessos cometidos pelos países ricos em relação às políticas protecionistas e à atuação no mercado mundial de alimentos.

Problemas ambientais decorrentes das práticas agrícolas

A busca pela sustentabilidade ambiental não representa apenas uma condição ideal ou utópica que sirva de inspiração para tornar as ações humanas menos impactantes ao ambiente. Trata-se de uma necessidade, visto que todas as espécies que já existiram no planeta Terra, quando não adquiriram tal condição, desapareceram.

Esse dilema também permeia a agricultura, afinal, a sobrevivência de 7 bilhões de seres humanos depende dela tanto quanto da preservação dos ecossistemas que vêm sendo degradados – alguns há séculos – por práticas agrícolas muitas vezes inadequadas. Assim, não há outro caminho senão adaptar as práticas utilizadas às limitações da sustentabilidade. No entanto, salvo em casos excepcionais, como na agroecologia, isso ainda não parece ser encarado como uma prioridade.

Não há agricultura (ou qualquer outra atividade produtiva humana) que não produza algum tipo de impacto ambiental. O conceito de agricultura sustentável não propõe a inexistência de impactos ambientais, mas, sim, que eles sejam menores e de fácil absorção pelos ecossistemas afetados. Dessa maneira, estes teriam condições plenas de renovação, sem o comprometimento para usos futuros.

São muitos os problemas ambientais associados às práticas agrícolas. Os principais são o desmatamento, as queimadas, a erosão, a salinização e a poluição.

Desmatamento

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre 2000 e 2010, 13 milhões de hectares de florestas foram retirados para outros usos, especialmente agrícolas, ou perdidos por causas naturais. As maiores perdas ocorreram na América do Sul e na África.

Boa parte do desmatamento que ocorre em nível mundial, embora também conte com a participação de outros setores, como o madeireiro ou o de mineração, está diretamente relacionada à produção agropecuária. Nesse sentido, merece destaque o desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

Esse fenômeno é motivado pela combinação de três fatores:

- estratégia de aumentar a produção por meio da expansão das fronteiras agrícolas, o que ocorre especialmente no mundo periférico, aproveitando-se de leis ambientais menos efetivas e menor fiscalização sobre a atuação dos desmatadores;
- incorporação de novas tecnologias que possibilitam o cultivo em locais anteriormente descartados para sua produção em larga escala – trata-se de um paradoxo em que os aprimoramentos científicos, em vez de promover a agricultura sustentável, acabam por subsidiar a degradação;
- atuação de corporações internacionais que causam a desestruturação dos sistemas produtivos regionais, muitas vezes obrigando a própria população nativa a se tornar um dos principais atores do desmatamento.

Os graves problemas socioambientais relacionados ao desmatamento mundial decorrente da produção agrícola mostram que é necessário aumentar a produção de alimentos por meio da qualificação e do aumento da produtividade, e não pela ampliação das terras destinadas aos cultivos.

Queimadas

Em 2011, os EUA registraram uma área queimada total de 3,2 milhões de hectares, a maior marca de sua história até então.

As queimadas podem ser naturais ou provocadas pelo ser humano. Regiões que enfrentam longos períodos de estiagem, como o oeste dos EUA ou o Cerrado no Brasil, costumam apresentar elevada incidência de queimadas naturais anualmente. No entanto, a maior parte das queimadas no planeta decorre de ações antrópicas, particularmente quando são praticadas por agricultores ou pecuaristas a fim de limpar determinada área para o cultivo ou para o estabelecimento de pastagens. Também estão associadas às práticas de desmatamento, já que são utilizadas para abrir clareiras após a derrubada do mato e a retirada das madeiras nobres, possibilitando o acesso a novas áreas florestadas.

Entre os diversos problemas associados às queimadas, estão:

- o acelerado empobrecimento dos solos após os primeiros anos de cultivo;
- a poluição atmosférica – no Brasil, as queimadas (embora sejam proibidas por lei, normalmente têm origem antrópica) representam aproximadamente 75% das emissões nacionais de gases de efeito estufa);
- a erosão e o assoreamento de rios;
- a perda da biodiversidade.

Erosão

Cerca de 10% da superfície terrestre, totalizando aproximadamente 1,5 bilhão de hectares, já foi irreversivelmente degradada por processos erosivos.

O emprego de práticas inadequadas de agricultura e pecuária, além de fatores como o desmatamento e a construção de estradas, combinado com a ação natural dos ventos, das chuvas e das águas superficiais, provoca o transporte da terra solta para as regiões mais baixas do terreno. Esse processo denomina-se erosão.

As terras agriculturáveis estão sujeitas à erosão, que ocorre quando a água (erosão hídrica) ou os ventos (erosão eólica) arrastam a camada superficial da terra, prejudicando a fertilidade dos solos. A erosão hídrica é mais associada às práticas agrícolas e uma das causas mais comuns desse tipo de erosão ocorre pelo impacto das gotas de chuva sobre a superfície do solo descoberto pela remoção da cobertura vegetal original. Esse processo pode levar à formação de:

- sulcos – cortes superficiais no terreno provocados pelo escoamento das águas pluviais;
- ravinas – quando os sulcos se tornam mais profundos na superfície do terreno;
- voçorocas – buracos de grande dimensão que se abrem no terreno, formados pela concentração de águas pluviais em determinados locais, os quais tendem a escorregar pela declividade, por erosão subterrânea ou, ainda, quando as ravinas atingem o lençol freático.

Tais processos erosivos, quando ocorrem, devem ser controlados rapidamente, preservando-se as áreas de risco e adequando-se as atividades praticadas às condições naturais (tipos de chuva e solo; incidência de ventos; características topográficas, como a declividade do terreno, etc.) das terras a serem cultivadas. Solos mais arenosos em regiões com declividade são fortemente propensos à erosão, e a remoção da cobertura vegetal em alguns desses locais pode provocar o processo da arenização.

Salinização

Segundo a FAO, aproximadamente a metade dos 250 milhões de hectares irrigados no planeta já apresenta problemas de salinização e 10 milhões de hectares são abandonados anualmente por esse problema.

A salinização é o processo que leva ao acúmulo de sais solúveis na superfície do solo, prejudicando sua fertilidade. Ela pode ser causada por três processos distintos:

- aproximação entre lençol freático e superfície, fazendo com que os sais se acumulem nela pela evaporação da água;
- uso inadequado e excessivo de água para irrigação em locais com clima seco, pois os sistemas de drenagem podem não ser suficientes e a falta de chuvas contribui para a não lavagem do solo;
- intrusão, nos lençóis freáticos, de água salgada em áreas costeiras.

A salinização é uma das principais causas da desertificação no planeta, fenômeno que atinge níveis perigosos em alguns locais, como na Ásia Central, em virtude da expansão do cultivo irrigado de algodão, e no Sahel africano.

Sahel é uma palavra árabe que significa “borda” ou “orla do deserto”. A região do Sahel estende-se da costa atlântica à Índica no continente africano, constituindo uma faixa de clima semiárido situada na margem meridional do Deserto do Saara.

Durante o Período Colonial, em muitas áreas do Sahel, a agricultura e o pastoreio itinerante praticado pelos camponeses locais deram lugar à implantação de extensas monoculturas de algodão – planta que se adapta bem ao clima local. O desgaste dos solos resultante dessa transformação potencializou a propensão natural da região para a desertificação. Há locais que chegaram a registrar avanço de 5 km por ano do Deserto do Saara sobre suas terras, agravando a condição de miséria de suas populações (em geral, os países situados nessa região são muito pobres), especialmente nas zonas rurais.

Nas décadas de 1960 e 1970, sucessivos períodos de secas produziram expressivas crises de fome, amenizadas apenas com ajuda internacional sob a intervenção da ONU. Segundo a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês), cerca de 1,5 bilhão de pessoas vive em áreas sujeitas à desertificação, onde se concentra 60% da pobreza do mundo.

Poluição

Segundo a OMS, dos 3 milhões de casos de intoxicações agudas por uso inadequado de defensivos químicos registrados anualmente no mundo – os quais provocam a morte de mais de 20 mil pessoas –, 2,1 milhões são registrados nos países em desenvolvimento. O Brasil é o maior consumidor mundial desses produtos.

Além das queimadas, que geram expressiva poluição atmosférica, e dos processos erosivos, que levam à degradação de rios e lagos, as práticas agrícolas, especialmente as que utilizam defensivos agrícolas e fertilizantes químicos, estão associadas à contaminação dos solos, das águas e dos próprios alimentos produzidos.

Trata-se da poluição decorrente tanto da aplicação excessiva ou inadequada de tais produtos quanto do descarte impróprio das embalagens. Os componentes químicos – em alguns casos, incluindo metais pesados altamente tóxicos – tendem a contaminar os solos e, conduzidos pela água das chuvas ou pela irrigação, atingir o leito dos rios e se infiltrar até o lençol freático. Conforme o produto utilizado, a contaminação pode perdurar por muitos anos, comprometendo a saúde de quem venha a ter contato com tais áreas. Além disso, a biodiversidade local é afetada e há risco de a contaminação se estender a outras regiões situadas no entorno.

O problema é mais acentuado no mundo periférico, tanto pela menor fiscalização dos procedimentos quanto pelo fato de a legislação ambiental, em alguns casos, ser mais permissiva em relação ao uso de determinados tipos de produtos já proibidos em outros países.

Atividades

1. O que é a Rodada de Doha? Por que ela ainda não se encerrou?

2. Cite e exemplifique dois problemas ambientais associados às práticas agrícolas.

3. Os dois principais rios que alimentavam o Mar de Aral, Amurdarya e Sydarya, mantiveram o nível e o volume do mar por muitos séculos. Entretanto, o projeto de estabelecer e expandir a produção de algodão irrigado aumentou a dependência de várias repúblicas da Ásia Central da irrigação e monocultura. O aumento da demanda resultou no desvio crescente de água para a irrigação, acarretando redução drástica do volume de tributários do Mar de Aral. Foi criado na Ásia Central um novo deserto, com mais de 5 milhões de hectares, como resultado da redução em volume.

TUNDISI, J. G. Água no século XXI: enfrentando a escassez. São Carlos: Rima, 2003.

A intensa interferência humana na região descrita provocou o surgimento de uma área desértica em decorrência da:

- a) erosão.
- b) salinização.
- c) laterização.
- d) compactação.
- e) sedimentação.

4. Definido como um processo de degradação ambiental causado pelo manejo inadequado dos recursos naturais nos espaços áridos, semiáridos e subúmidos secos, que compromete os sistemas produtivos das áreas suscetíveis, os serviços ambientais e a conservação da biodiversidade. Esse processo pode ser causado pelo homem ou pela própria natureza e agravado pelas questões climáticas.

O fenômeno caracterizado pelo excerto é o processo de:

- a) lixiviação.
- b) desertificação.
- c) voçorocamento.
- d) inversão térmica.
- e) compactação do solo.